

# Categoria luta por PCS mas Governo desrespeita os trabalhadores e o Poder Judiciário



Revolta. Essa é a palavra que pode resumir o sentimento dos servidores do Judiciário Federal em todo o país diante da negativa do Governo Dilma Rousseff em realizar um acordo para a reposição salarial da categoria, já que não haveria interesse em aprovar o PCS, previsto no PL 6.613/2009. O referido PL concederia um reajuste de 56%, resultado de quatro anos sem reposição da inflação para a categoria, já que o PCS3 contemplou apenas um período até o ano de 2005.

Mesmo diante da greve nacional realizada nos últimos três anos, e na maioria das vezes liderada pelos servidores da Bahia, o Governo não moveu um dedo sequer para tentar formalizar um acordo com o Supremo Tribunal Federal (STF), a fim de solucionar o impasse de que o valor do PCS não caberia no Orçamento de 2012. Foram intensas as atividades para alcançar

um resultado positivo para a categoria: paralisações, greves, manifestações e atos, além das conversas com parlamentares, ministros e representantes do Governo. Ainda neste mês, publicaremos uma revista com a retrospectiva deste ano.

No último dia 22 o Orçamento foi aprovado sem a inclusão do PCS, mesmo sob forte pressão dos servidores de todo o país. De acordo com o coordenador do SINDJUFE-BA, Adnaldo Medeiros, o deputado Efraim Moraes (DEM/PB), fez um destaque pedindo a inclusão do PCS no Orçamento 2012 e solicitou maior atenção do governo para servidores e não priorizar apenas obras. Entretanto, o relator da Lei Orçamentária Anual de 2012, Arlindo Chinaglia (PT-SP), disse que estava sensível à luta dos servidores, mas rejeitou o destaque. Quando foi colocado em votação, a maioria absoluta rejeitou.

Apenas três deputados votaram em defesa do destaque.

Coordenadores do sindicato como Rogério Fagundes, Adnaldo Medeiros e Myrto Magalhães, bem como o servidor Lourival Matos (JF), buscaram incessantemente contatos em Brasília para conseguir apoio para a inclusão do PCS no Orçamento, inclusive com uma rápida conversa com o relator, Arlindo Chinaglia, mas, sem sucesso.

É importante ressaltar ainda que anteriormente à votação da Comissão Mista de Orçamento (CMO), cerca de 200 servidores de todo o país acamparam em frente ao STF (nos dias 14 e 15) e conseguiram uma audiência entre a Fenajufe e o presidente do STF Cezar Peluso, o qual afirmou que tentou negociar várias vezes com Dilma Rousseff, sem êxito, pois a presidente continuava defendendo o reajuste zero.

Aproximadamente o mesmo número de servidores ocupou o plenário 2 da Câmara dos Deputados e manifestou, incansavelmente, nos corredores da Casa para exigir que o Congresso Nacional cumprisse a determinação do Supremo Tribunal Federal e votasse a LOA com a previsão orçamentária do plano. Embora o governo tenha mantido sua postura intransigente, os servidores fizeram a sua parte, mantendo a pressão nos parlamentares da base do governo até o final. Os manifestantes praticamente foram os últimos a saírem da Câmara, já com algumas luzes apagadas. Mas a intransigência do Palácio do Planalto, que já deu o seu recado que manterá a política de reajuste zero, foi mais forte

e prevaleceu no Legislativo. A luta da categoria, no entanto, foi fundamental para mostrar que os servidores não desistirão e que estão dispostos a se manterem na luta para conquistar o reajuste e também impedir que novos ataques sejam implementados, como o PLP 549/09, que congela o salário do funcionalismo durante dez anos, e o PL 1992/07, que cria os fundos de pensão dos servidores e abre as portas para a privatização da previdência.

## ACORDO PARA NÃO VERIFICAR O QUÓRUM

O deputado federal Paulo Pereira da Silva (PDT-SP), que afirmara que iria pedir verificação de quórum para a votação na CMO, retrocedeu após “acordo” feito com o senador Paulo Paim (PT-RS). Caso

a verificação fosse acatada, a votação da CMO seria adiada para este ano, porque havia um grande percentual de deputados ausentes.

O referido “acordo” contempla o compromisso das lideranças dos partidos a se empenharem neste ano na aprovação dos pleitos dos aposentados e dos servidores do Judiciário e MPU, já a partir de janeiro.

Neste ano, realizaremos uma **Assembleia Geral no dia 11/01**, para debater os últimos acontecimentos com profundidade, esclarecer dúvidas e já elaborar



Foto: Joana Darc Melo

Categoria lutou mas Governo não aprovou inclusão do PCS

estratégias de mobilização. A atividade será realizada **no TRE, às 13h**. E, para discutir a negociação dos dias de greve, os **servidores do TRT5 vão se reunir no dia 12/01, às 13h, no saguão do TRT (Comércio)**.

## Servidores deliberam suspensão da greve na Bahia

Com cinco votos contrários e algumas abstenções, os servidores do Judiciário Federal na Bahia, em Assembleia Geral realizada no dia 16, na Justiça Federal, votaram pela suspensão da greve, com retorno ao trabalho a partir do dia 19. A categoria levou em consideração o calendário político e questões jurídicas apontadas pelo Comando Nacional de Greve, que orientou a saída da greve um dia antes de iniciar o recesso. Além da Bahia, Rio Grande do Sul, Minas Gerais e Maranhão (este último a partir de segunda-feira) decidiram suspender o movimento paredista.

Esta foi a greve mais longa e difícil realizada pela categoria. Decisões arbitrárias por parte de alguns Tribunais, retaliações, corte de ponto, falta de unidade da cate-

goria e de compromisso de parlamentares, que outrora apoiaram os servidores e jogo político na Câmara e no Senado, impediram a aprovação do Projeto. Depois de realizar várias manifestações, conversas com deputados, acompanhamento das sessões, obstrução para impedir a inclusão do projeto na pauta, ficou claro que o impasse é meramente político.

Ainda assim, os servidores não se sentem derrotados, pois, uma categoria que consegue manter uma greve por mais de seis meses (201 dias no TRT5, TRE e JMU e 113 na JF), deixa claro que reconhece seus direitos, garantidos na Constituição e de forma legal, luta em defesa do serviço público, patrimônio do povo brasileiro.



Servidores suspenderam greve mas retomam mobilizações

## Após recesso, Câmara deve votar fundo de previdência de servidores federais

O primeiro projeto previsto para votação na Câmara depois do recesso parlamentar será o que cria o Fundo de Previdência Complementar dos Servidores Públicos Federais (Funpresp). A proposta deverá ser analisada ainda em fevereiro, quando os deputados voltam do recesso.

O Funpresp estabelece novas regras para as aposentadorias dos servidores. O valor máximo será o teto pago pela Previdência Social aos trabalhadores celetistas, que hoje é R\$ 3,6 mil. Para ter direito a um benefício maior, o servidor deverá aderir ao fundo. As novas regras, no entanto, só serão válidas para aqueles que ingressarem no serviço público depois da sanção e entrada em vigor da nova lei.

Fonte: Agência Brasil

**Informativo SINDJUFE-BA**

Editado sob responsabilidade da Diretoria do SINDJUFE-BA

Av. Ulisses Guimarães, 3302 - Edf. CAB Empresarial  
1º Andar - Sussuarana - Cep. 44213-000 - Salvador/BA  
Tel/Fax: (71) 3241-1131 / 3241-2027  
E-mail: [sindjufeba@sindjufeba.org.br](mailto:sindjufeba@sindjufeba.org.br)

**Site: [www.sindjufeba.org.br](http://www.sindjufeba.org.br)**

Editoração Eletrônica: Lucca Duarte  
Jornalistas Responsáveis: Celeste Dias e Rosana Guimarães  
Impressão: Imprima Gráfica e Editora - Tiragem: 2.500 exemplares